



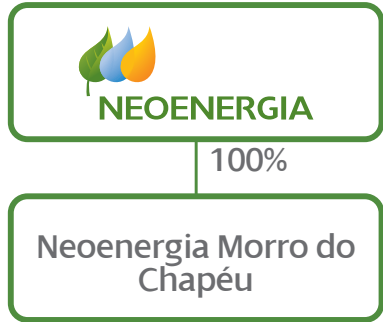
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2022

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2022, a Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA MORRO DO CHAPÉU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
A Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. Estrutura Societária
Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 17 de dezembro de 2020, a Companhia venceu o leilão ANEEL 01/2020, adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no Estado da Bahia, composta pela Linha de Transmissão Morro do Chapéu II - Poções III, em 500kV, primeiro circuito simples, com origem na Subestação Morro do Chapéu II e término na Subestação Poções III; Linha de Transmissão Poções III - Medeiros Neto II, em 500kV, primeiro circuito simples, com origem na Subestação Poções III e término na Subestação Medeiros Neto II; Linha de Transmissão Medeiros Neto II - João Neiva II, em 500kV, primeiro circuito simples, com origem na Subestação Medeiros Neto II e término na Subestação João Neiva II; Linha de Transmissão Medeiros Neto II - Teixeira de Freitas II, em 230kV, primeiro e segundo circuitos duplo, com origem na Subestação Medeiros Neto II e término na Subestação Teixeira de Freitas II; Subestação Medeiros Neto II em 500/230kV, com Compensador Sincrono 500kV (-180/+300MVar). A Companhia está em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a Aneel para março de 2026. A Receita Anual Permitida (RAP) prevista é de R\$159.693 (data de referência: maio de 2020), corrigida anualmente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da data de assinatura do contrato de concessão, datado de 31/03/2021.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	3	660.790	86.520
Custos dos serviços		(532.500)	(68.502)
Custos de construção	4	(531.774)	(68.379)
Custos dos serviços	5	(726)	(123)
Lucro bruto		128.290	18.018
Despesas gerais e administrativas	5	(626)	(96)
Lucro operacional		127.664	17.922
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	6	405	76
Despesas financeiras	6	(40)	-
Outros resultados financeiros, líquidos	6	(38)	(3)
		327	73
Lucro antes dos tributos		127.991	17.995
Tributos sobre o lucro		(43.518)	(6.115)
Corrente	7.1.1	-	(6)
Diferido	7.1.1	(43.518)	(6.109)
Lucro líquido do exercício		84.473	11.880
Lucro básico e diluído por ação do capital - R\$:	13.2	0,11	0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	84.473	11.880
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	3.130	(3.130)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(1.064)	1.064
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	2.066	(2.066)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	2.066	(2.066)
Resultado abrangente do exercício	86.539	9.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Morro do Chapéu Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. A Companhia possui sua sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. Em 17 de dezembro de 2020, a Companhia venceu o leilão ANEEL 01/2020, adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no Estado da Bahia, composta pela Linha de Transmissão Morro do Chapéu II - Poções III, em 500kV, primeiro circuito simples, com origem na Subestação Morro do Chapéu II e término na Subestação Poções III; Linha de Transmissão Poções III - Medeiros Neto II, em 500kV, primeiro circuito simples, com origem na Subestação Poções III e término na Subestação Medeiros Neto II; Linha de Transmissão Medeiros Neto II - João Neiva II, em 500kV, primeiro circuito simples, com origem na Subestação Medeiros Neto II e término na Subestação João Neiva II; Linha de Transmissão Medeiros Neto II - Teixeira de Freitas II, em 230kV, primeiro e segundo circuitos duplo, com origem na Subestação Medeiros Neto II e término na Subestação Teixeira de Freitas II; Subestação Medeiros Neto II em 500/230kV, com Compensador Sincrono 500kV (-180/+300MVar). A Companhia apresentou capital circulante negativo nos exercícios de 2022 e 2021, pelo fato de estar em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a Aneel para março de 2026. A Receita Anual Permitida (RAP) prevista é de R\$159.693 (data de referência: maio de 2020), corrigida anualmente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da data de assinatura do contrato de concessão, datado de 31/03/2021. **1.1. Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. **1.1.1. Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto a composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e • Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em construção

Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas					
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 500 KV Medeiros Neto II - João Neiva 2 C1	1	500kV	359	30/11/2023	31/03/2056
LT 500 KV Poções III - Medeiros Neto II C1	1	500kV	329	30/01/2024	
LT 230KV Medeiros Neto II - Teixeira de Freitas II C1/C2 CD	1	500kV	283	30/11/2023	
LT 500 KV Morro do Chapéu II - Poções III C1	2	230kV	60	30/01/2024	

3.2. Subestação em construção

Projeto de Subestação - Características Físicas			
Subestação	Tensão (kV)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Medeiros Neto II - Compensador Sincrono 500KV (-180/+300MVar)	500kV	30/11/2023	31/03/2056

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Linhas de Transmissão e Subestações em construção - Características Financeiras						
Linha de Transmissão	Pro-priedade (%)	RAP (R\$ mil)	RAP Proporcional (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base de ajuste	Índice de Correção
LT 500 KV Medeiros Neto II - João Neiva 2 C1		38.231	38.231	2026	Junho	IPCA
LT 500 KV Poções III - Medeiros Neto II C1	43.964	43.964				
LT 230KV Medeiros Neto II - Teixeira de Freitas II C1/C2 CD	100%	9.901	9.901			
LT 500 KV Morro do Chapéu II - Poções III C1	49.728	49.728				
SE Medeiros Neto II - Compensador Sincrono 500KV (-180/+300MVar)	17.870	17.870				

* A RAP da Companhia é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que a obra for completamente finalizada

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP - receita anual permitida é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R\$159.693.300,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	84.473	11.880
Ajustado por:		
Tributos sobre o lucro	43.518	6.115
Resultado financeiro, líquido	(327)	(73)
Variações de ativos e passivos:		
Concessão serviço público (ativo contratual)	(721.140)	(95.339)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros e operações de desconto de título	346.921	4.456
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	1.210	655
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	68.891	9.011
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(1.962)	-
Outros ativos e passivos, líquidos	(9.857)	(21)
Caixa líquido consumido nas operações	(188.273)	(63.316)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(1.607)	(2.801)
Rendimentos de aplicações financeiras	265	77
Tributos sobre o lucro pagos	-	(4)
Caixa consumido nas atividades operacionais	(189.615)	(66.044)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	189.500	67.100
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	189.500	67.100
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(115)	1.056
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.057	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	942	1.057
Transações que não envolveram caixa:		
Adições e reversões, líquidos e atualizações de provisões capitalizadas	2.595	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes acumulados	Lucros	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	67.101	594	11.286	-	(2.066)	-	76.915
Capital integralizado	189.500	-	-	-	-	-	189.500
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	84.473	84.473
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	2.066	-	2.066
Destinação do lucro: (nota 13.3)		4.224	-	-	-	(4.224)	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	(20.062)	-
Reserva especial de dividendos	-	-	-	60.187	20.062	(60.187)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	256.601	4.818	11.286	60.187	20.062	-	352.954
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	1	-	-	-	-	-	1
Aumento de capital	67.100	-	-	-	-	-	67.100
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	11.880	11.880
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(2.066)	-	(2.066)
Destinação do lucro: (nota 13.3)		594	-	-	-	(594)	-
Reserva legal	-	-	11.286	-	-	(11.286)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	67.101	594	11.286	-	(2.066)	-	76.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado - Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado - Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de commodities metálicas.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controle internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. **1.1.2. Gestão de risco de mercado: Risco de taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. **Risco de preço de commodities:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das commodities que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. **Commodities metálicas:** variações nos preços de commodities metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimento, nos contratos com fornecedores e no pagamento maior de Capex implicando em aumento indesejado da dívida da Companhia. **1.1.3. Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocação os recursos em ativos de liquidez diária. A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país. Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. **1.1.4. Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas,

Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos

Linha de Transmissão	Evolução Física em 31/12/2021	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2021		Evolução Física em 31/12/2022	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2022
		(R\$ Mil)	(R\$ Mil)		
LT 500 KV Medeiros Neto II - João Neiva 2 C1					
LT 500 KV Poções III - Medeiros Neto II C1	3%	68.379		9%	531.774
LT 230KV Medeiros Neto II - Teixeira de Freitas II C1/C2 CD					
LT 500 KV Morro do Chapéu II - Poções III C1					
SE Medeiros Neto II - Compensador Sincrono 500KV (-180/+300MVar)					

* A Companhia acompanha o investimento por Lote e não por LT/SE

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

6.1. Resultado Econômico Financeiro

DRE (R\$ mil)	2022	2021	Variação	R\$	%
(+) Receita líquida	660.790	86.520	574.270	664%	
MARGEM BRUTA	660.790	86.520	574.270	664%	
(+) Custos de construção	(531.774)	(68.379)	(463.395)	678%	
(+) Custos dos serviços	(726)	(123)	(603)	490%	
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(626)	(96)	(530)	552%	
= Despesa Operacional	(533.126)	(68.598)	(464.528)	677%	
EBITDA	127.664	17.922	109.742	612%	
(-) Resultado Financeiro	327	73	254	348%	
(-) IR/CS	(43.518)	(6.115)	(37.403)	612%	
LUCRO LÍQUIDO	84.473	11.880	72.593	611%	

A margem bruta e as despesas operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 660.790 mil, 664% vs. 2021 e -R\$ 533.126 mil, 677% vs. 2021, respectivamente, explicadas pelo efeito do one-off de inflação sobre a receita bruta. Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 127.664 mil, aumento de 612%, em relação ao ano de 2021. O resultado financeiro R\$327 mil em 2022 (348% vs. 2021) devido a receita financeira das aplicações financeiras. Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2022 de R\$ 84.473 mil, aumento de 611% em relação ao ano anterior.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Morro do Chapéu, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Morro do Chapéu e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Morro do Chapéu. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Morro do Chapéu sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	942	

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
7.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
9	Concessão do serviço público (ativo contratual)
12	Provisão para processos judiciais
15.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:**

Norma	Descrição da alteração	Data da vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2023

Norma	Descrição da alteração	Data da vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2022	2021
Construção de infraestrutura da concessão	709.383	93.199
Remuneração do ativo contratual	18.760	2.140
Receita operacional bruta	728.143	95.339
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.1)	(67.353)	(8.819)
Receita operacional líquida	660.790	86.520

3.1. Deduções da receita bruta

	2022	2021
Tributos gerais		
PIS e COFINS – diferidos	(67.353)	(8.819)
Total	(67.353)	(8.819)

3.2. Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de prazos, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; ou (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos de transmissão de energia elétrica. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (Veja nota 9 para mais informações). A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: i) Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13%a.a. e 18%a.a., nominal e antes dos impostos. ii) A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5%a.a. e 11,5%a.a.

4. CUSTOS DE CONSTRUÇÃO

	2022	2021
Pessoal e benefícios a empregados	(100.842)	(1.270)
Materiais	(263.364)	-
Serviços de terceiros	(73.776)	(66.785)
Outros	(93.792)	(324)
Total	(531.774)	(68.379)

5. CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Custos dos serviços e despesas gerais e administrativas		
Pessoal e benefícios a empregados	(726)	(1.208)
Serviços de terceiros	(140)	(140)
Impostos, taxas e contribuições	(1)	(1)
Outras receitas e despesas, líquidas	(3)	(3)
Total	(726)	(1.352)

	2021	2021
Custos dos serviços e despesas gerais e administrativas		
Pessoal e benefícios a empregados	(123)	(123)
Serviços de terceiros	(96)	(96)
Total	(123)	(219)

6. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	265	77
PIS e COFINS sobre receita financeira	(20)	(4)
Outras receitas financeiras	160	3
Total	405	76

	2022	2021
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(40)	-
Total	(40)	-

	2022	2021
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e monetárias	(39)	(3)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	1	-
Total	(38)	(3)

	2022	2021
Resultado financeiro, líquido	327	73

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

7.1. Tributos sobre o lucro: Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **7.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	127.991	17.995
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação – 34%	(43.517)	(6.118)

	2022	2021
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Outras adições (reversões) permanentes	(1)	3
Tributos sobre o lucro	(43.518)	(6.115)
Alíquota efetiva	34%	34%
Corrente	-	-
Diferido	(43.518)	(6.109)

	2022	2021
7.1.2. Tributos diferidos		
Ativo		
Provisão para participação nos lucros e resultados	240	42
Prejuízo fiscal e base negativa	136	-
Hedge fluxo de caixa		
Outros	29	17
Total diferenças temporárias - ativo	405	1.123

	2022	2021
Passivo		
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(50.032)	(6.168)
Total diferenças temporárias - passivo	(50.032)	(6.168)

	2022	2021
Tributos sobre o lucro diferidos, líquido	(49.627)	(5.045)

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	(5.045)	
Efeitos reconhecidos no resultado	(43.518)	(6.109)
Efeitos reconhecidos no resultado abrangente	(1.064)	1.064
Saldo final do exercício	(49.627)	(5.045)

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	Entre 2028 e 2031
Ativo fiscal diferido, líquidos	405

7.1.3. Política contábil e julgamentos críticos: **a) Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b) Estimativas e julgamentos críticos: Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributa-

rios. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7.2. Outros tributos a recolher:

	2022	2021
Programa de Integração Social – PPS ⁽¹⁾	13.589	1.573
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFIN ⁽¹¹⁾	62.591	7.246
Outros	1.967	211
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	78.147	9.030
Circulante	1.975	211
Não circulante	76.172	8.819

⁽¹⁾ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e de remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	67	19
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	870	419
Fundos de investimento	5	619
Total	942	1.057

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 100,3% (99,3% em 31 de dezembro de 2021) do CDI. A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2022	2021
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações comprometidas	5	619
Total	5	619

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado a satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2022	2021
Saldo do ativo contratual	823.482	95.339
Circulante	25.842	-
Não circulante	797.640	95.339

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	95.339	-
Construção da infraestrutura da concessão	709.383	93.199
Remuneração do ativo contratual	18.760	2.140
Saldo final do exercício	823.482	95.339

9.1. Política contábil: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo, com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ele designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS E OPERAÇÕES DE DESCONTO DE TÍTULOS

	2022	2021
Materiais e serviços		
Total	351.418	4.459
Forneecedores e contas a pagar de empreiteiros	351.418	4.459
Operações de desconto de títulos	85.020	4.459
Operações de desconto de títulos	266.398	-

A Companhia negociou com alguns fornecedores a alteração do prazo de vencimento para determinadas compras de 45 para 90 dias, em média. Para essas operações, houve também alteração nos preços, indicando um custo financeiro médio de aproximadamente 14,80% a.a.. Os juros incorridos no exercício de 2022 no montante de R\$5.881 foram reconhecidos como custo de construção do ativo contratual. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dessas operações totalizou R\$266.398. **Operações de desconto de títulos:** Com o propósito de fortalecer as relações comerciais junto a alguns fornecedores, a Companhia autorizou estes fornecedores a realizar cessão de crédito junto a instituições financeiras e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais, não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira. A cessão dos títulos não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor, portanto, estas operações são classificadas na demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dessas operações totalizou R\$266.398.

11. INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

11.1. Caixa líquido de dívida: A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2022	2021
(+) Instrumentos financeiros derivativos	-	329
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(942)	(1.057)
Caixa líquido da dívida	(942)	(728)

11.2. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza *swaps*, contratos a termo, opções e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 15.5. **a) Passivo dos derivativos no balanço patrimonial:**

	2022	2021
Contratados para proteção de dívidas:		
Risco de câmbio (NDF)	-	329
Exposição líquida	-	329
Passivo circulante	-	329

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de *hedge* ("hedge accounting"), conforme demonstrado abaixo:

	2021
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa	
Contratados para proteção de outras operações	329
Total	329

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2022	2021
Proteção de outras operações		
Proteção de outras operações	(329)	(329)
Total	(329)	(329)

Política contábil e julgamentos críticos: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge econômico*, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. **Estimativa e julgamentos críticos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada nas notas 15.3 e 15.5, respectivamente.

12. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2022	2021
Provisão para processos judiciais cíveis		
Total	2.	

NEOENERGIA MORRO DO CHAPÉU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
 CNPJ nº 28.438.834/0001-00 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

trumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos

o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de hedge. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde- xador	Risco	Taxa no exerci- cio	Expo- sição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Im- pacto Cenário (II)	Im- pacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,15%	875	97	(15)	(29)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor

Luciana Maximino Maia
Diretora

CONTADOR

Tiago Donatti Furigo
CRC-SP-338760/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da EKT07 Serviço de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da EKT07 Serviço de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EKT07 Serviço de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante

no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2023.

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Audidores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 16/02/2023
A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2023/02/16/MORRODOCHAPEU1567776416022023.pdf>
Hash:16765045408dad15f8903145168bdc7410a05081dd